

POLÍTICA PÚBLICA

“O SUS tem de ser repensado”

Em livro, o ex-deputado Índio da Costa faz o diagnóstico que pode levar o Sistema Único de Saúde à falência em breve

» CAETANO YAMAMOTO*

O Sistema Único de Saúde (SUS) está falido e tem que ser repensado. A tese é do advogado especialista em gestão Índio da costa, que acaba de lançar o livro *SUS: A verdade que ninguém conta*.

Em entrevista ao Podcast do **Correio**, o autor deixa claro que não defende o fim do sistema que, para ele, “é extraordinário” e atende ao requisito constitucional da universalização da saúde. Ao contrário, ele acredita ser necessário investir mais na saúde pública. “Eu não conheço nenhum sistema melhor do que o SUS, só que ele exige recursos. Se não colocarmos recursos, do jeito que está hoje, ele não será universal, integral e gratuito, como diz a lei. A lei diz que é dever do Estado prover saúde”, defendeu, no diálogo com os jornalistas Denise Rothenburg e Ronyre Nunes.

Ele contou que foi por ser “um



A Denise Rothenburg e Ronayre Nunes, o ex-deputado afirmou defender o SUS por ser "um sobrevivente"

sobrevivente” após várias doenças, incluindo a covid-19, que ele decidiu escrever o livro que enaltece a universalização do atendimento

às pessoas que necessitam. “A covid foi muito impactante para mim, porque o senador Aroldo de Oliveira, que era um querido amigo,

estava no quarto do lado. Eu só soube quando eu saí do hospital, que ele não aguentou, morreu. E a grande verdade é que me

sensibilizou muito além da morte dele, eu ter visto todos aqueles médicos e enfermeiros, enfermeiras entrando, vestidos de astronauta para salvar a minha vida e a das outras pessoas, arriscando próprias vidas. Eu disse: ‘Bom, tenho que devolver isso de alguma maneira’ e aí está essa obra que é reflexo dessa história.”

Índio da Costa, que abandonou a vida pública em 2018 após uma longa carreira política — incluindo a candidatura a vice-presidente na chapa com José Serra, em 2010 —, sugere que o Estado destine mais recursos para os hospitais conveniados, chamados SUS privado, como as Santas Casas e a Beneficência Portuguesa. “O governo, hoje, coloca R\$ 168 bilhões no SUS privado. O valor é muito alto, ninguém discute. Mas, na hora que você vê individualmente por procedimento, um atendimento médico, que é uma consulta por R\$ 10, uma consulta com médico especialista, R\$ 11, uma aminocentese, que

custa R\$ 1.000 no setor privado, o SUS paga R\$ 2,20. Essa é uma conta que não fecha”, apontou, citando que esse sistema acaba por endividar as instituições conveniadas.

Se de um lado, Índio da Costa defende a elevação dos repasses, diz que é preciso, de outro, conscientizar os usuários quanto ao desperdício do dinheiro público. “Existe o cidadão que passa por consultas sucessivas, recebe pedidos de exames e não os realiza. Ele acaba retornando ao médico repetidas vezes apenas para revalidar pedidos vencidos. Em dado momento, ele percebe que seu estado de saúde piorou e decide que precisa, de fato, fazer os exames. Ele consulta o médico, solicita os exames, realiza-os, mas posteriormente não faz o tratamento recomendado e agrava a doença. Infelizmente, isso é muito mais comum do que se imagina”, ressaltou.

***Estagiário sob a supervisão de Edla Lula**

IPCA-15

Prévia da inflação mostra queda de 0,4%

» PEDRO JOSÉ BORGES

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) registrou deflação de 0,40% em agosto de 2026, segundo dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado representa uma queda de 0,46 ponto percentual em relação à taxa de julho, quando o

índice havia avançado 0,06%.

Com o resultado de agosto, o IPCA-15 acumula alta de 3,09% em 2026. No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa ficou em 4,24%, abaixo dos 4,52% registrados no período encerrado em julho. Em agosto de 2025, o índice havia apresentado queda de 0,14%. A deflação deste ano foi puxada, principalmente, pelos

grupos Habitação, Transportes e Alimentação e bebidas. Habitação apresentou recuo de 1,41% e teve o maior impacto negativo sobre o índice. Em Transportes a queda foi de 1%. Já o grupo Alimentação e bebidas recuou 0,57%.

Do lado das altas, os destaques foram Despesas pessoais, com elevação de 0,66%; Saúde e cuidados pessoais subiu 0,40% e Educação teve alta de 0,46%. Entre os demais grupos, Artigos de residência registrou alta de 0,04% e Vestuário apresentou queda de 0,20%. Comunicação repetiu a variação negativa de 0,02% observada em julho e não teve impacto relevante sobre o

resultado geral.

Para o economista do PicPay, Matheus Pizzani, o resultado mostra a influência de fatores como a produção agropecuária, o comportamento dos preços dos alimentos, a estabilidade cambial e os efeitos da política monetária sobre setores mais sensíveis aos ciclos econômicos. Como a maior estabilidade apresentada pelo câmbio e o próprio efeito dos juros sobre grupos cuja inflação é mais sensível aos ciclos econômicos, caso dos industriais, seguem cumprindo com suas respectivas atribuições no que diz respeito ao processo de desaceleração e controle inflacionário”, explica.

Resistências

Apesar da desaceleração observada no índice, Pizzani avalia que a inflação de serviços continua sendo o principal ponto de atenção no curto prazo. Segundo ele, a resistência desse segmento está relacionada à dinâmica do mercado de trabalho e à expansão da renda. Na avaliação do economista, a desaceleração dos indicadores de atividade ainda não foi suficiente para indicar uma mudança clara na trajetória da inflação de serviços. Para ele, uma inflexão mais consistente dependerá da manutenção de uma política de juros restritiva por um

período prolongado. “É necessário destacar que mesmo do ponto de vista do crescimento, atividades mais ligadas ao nível de renda disponível e, consequentemente, à inflação de serviços ainda não apresentaram trajetória nítida de inflação, movimento que deve ser observado apenas em face da manutenção prolongada de uma política de juros restritiva”, diz.

O economista, porém, alerta para o aumento dos riscos de alta para a inflação com a aproximação do fim do ano. Entre os fatores de preocupação está o possível impacto do fenômeno El Niño sobre os preços dos alimentos.